

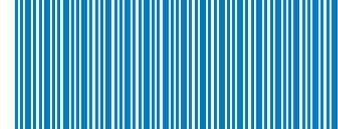


## **Entrevista: Maria Victoria de Mesquita Benevides**

### **“Não existe nenhuma escola sem partido”**

Por Ricardo Prado e Lisandra Ogg Gomes, editores da revista *Veras*

Educação, política e direitos humanos sempre se entrelaçam na vida acadêmica da socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides, professora-titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), onde lecionou Sociologia e orientou teses de mestrado e doutorado na cátedra de Direitos Humanos. E foi com preocupação quanto ao encontro da política com os direitos humanos, e sob o impacto da indicação ocorrida na véspera de Ricardo Vélez-Rodríguez, um egresso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, para o Ministério da

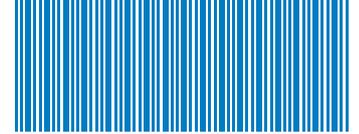


Educação do governo que tomará posse em janeiro de 2019, que ela recebeu a revista *Veras* para uma entrevista. Nela, que segue transcrita abaixo, a professora abordou o movimento escola sem partido, um nome que para ela é “uma contradição em termos”, e a perspectiva de uma “lei da mordaza” que possa ameaçar, de forma velada ou explícita, o que ela considera a outra face da educação, tão imprescindível quanto a transmissão de conhecimentos: a educação para a cidadania, aquela “que vai preparar a criança, e depois o adolescente, a participar no futuro mais ativamente da política, nas eleições e nos processos decisórios da sociedade”.

Reconhecendo movimentos de reação a conquistas históricas em direitos humanos (“as cotas raciais incendiaram as mentalidades mais preconceituosas”, exemplifica), e admitindo sentir medo, especialmente pelo “precariado”, aqueles que já perderam quase tudo (“mas a gente tem que sentir medo junto. O medo e a resistência juntos”), ela defende que a escola não ignore nenhuma ameaça à livre expressão defendida pela Constituição. E que preste mais atenção às mídias sociais, buscando saber as notícias que mais impactaram os alunos, os canais mais vistos, no sentido de um letramento digital cotidiano: “Tem que haver um mínimo de controle e discussão sobre o fato de que algo estar na internet não significa que seja verdade”.

**Revista *Veras*:** Desde o coronel Jarbas Passarinho, nos anos 1970, o MEC não tinha alguém tão alinhado ao pensamento militar à frente da pasta. O que esperar dessa nova gestão, que se inicia sob o pano de fundo do projeto “escola sem partido”?

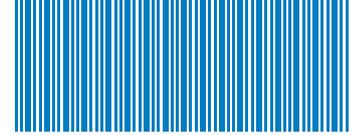
**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Por enquanto nós não podemos fazer “afirmativas muito afirmativas” [risos] porque o presidente eleito tem demonstrado bastante instabilidade, recuando de várias posições tomadas, desautorizando pessoas da equipe etc. Mas vamos nos fixar nessa questão da educação, que é absolutamente fundamental, especialmente no Brasil, cujos dados são lamentáveis, principalmente para a população mais necessitada. Vamos considerar que esse ministro recém-indicado vá continuar ministro e vá implementar o que ele anda dizendo. As ideias não podiam ser piores... Eu fico extremamente preocupada quando ele enfatiza o que chama de educação moral. Nós sabemos o que, para o presidente eleito e seu grupo, significa essa



moral, que pra começar é hipócrita, porque nem eles cumprem isso, e de uma maneira aberta, como respeito à família, aos bons modos, à boa educação etc. Essa educação moral que esse futuro ministro está enfatizando pode significar, e eu acho que significa, uma adesão à ideia de escola sem partido, que é um absurdo, uma contradição em termos, e uma condenação implícita a qualquer comportamento individual ou coletivo que eles considerem desviante em relação ao que chamam da “boa moral”. Por exemplo, na área sexual, a rejeição a qualquer tipo de comportamento diferente do heterossexual e os comportamentos em relação a outras crenças religiosas, já que eles defendem de uma maneira muito concreta a igreja evangélica, e justamente a igreja evangélica mais tradicional, mais fechada, mais “bolha” em relação ao restante da sociedade. Eu fico muito preocupada também com os aspectos que dizem respeito a um tipo de educação em escolas públicas, que já está havendo no Brasil, por exemplo em Brasília, de uma escola efetivamente militarizada, tanto no uso de uniformes como no tipo de disciplina militar, de bater continência pra bandeira, ou seja, um tipo de formação no pior exemplo de nacionalismo e de exclusividade de valores que são típicos da mentalidade militar, por um lado, e evangélica mais tradicional do outro.

**Revista Veras:** Por que a senhora diz que “escola sem partido” é uma contradição em termos?

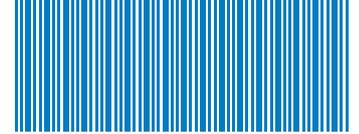
**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Porque não existe escola sem partido. Quando eles falam em escola sem partido, na realidade estão dizendo a escola de um só partido, porque essa palavra “partido” tem sentido não necessariamente de um partido político, como muita gente pensa, mas um lado ideológico. Eles gostam muito de usar a expressão “doutrinação”. É uma contradição em termos porque a escola é um lugar que, necessariamente, deve ir além da instrução (e jamais negarei a importância do acesso ao conhecimento e à cultura nas suas múltiplas formas, ao avanço tecnológico, tudo isso é um direito, inclusive dos mais pobres, que é com isso que terão condições de avançar e diminuir a desigualdade; todos, no mundo inteiro, reconhecem esse papel da educação no campo da instrução). Um outro lado dessa educação, que também é reconhecido por todos os países democráticos do mundo, é que a escola é um lugar de formação da cidadania. Eu defendo a formação para a cidadania democrática, para formar cidadãos críticos, que questionam; uma escola em que os professores assumem a responsabilidade de não apenas ensinar a matéria, mas ensinar a pensar, a fazer escolhas, a julgar. Tudo isso significa um lado que você escolhe. E uma escola sem partido não existe porque algum lado eles vão escolher. Por exemplo,



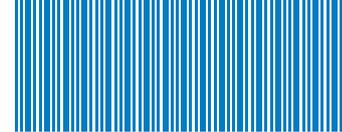
quando eles querem o ensino religioso obrigatório, que muitos desse grupo do presidente eleito defendem, já é, entre aspas, tomar um partido, porque a constituição defende a pluralidade cultural e a liberdade de expressão, que inclui a liberdade de pensamento, de crença religiosa, de adesão política etc. Então, quando se fala em escola sem partido, eles querem dizer “vamos limpar a doutrinação da escola”, mas só chamam de doutrinação aqueles valores com os quais não concordam. A doutrinação que eles defendem não chamam de doutrinação, aí é obrigação da escola. Então, costumo dizer que sou contra a escola sem partido porque defendo a escola plural, de vários partidos, de vários modos de pensamento, que prepare o aluno a aprender a pensar sem aderir instantaneamente a tudo, e aprender a pensar também sobre tudo o que diz respeito ao acesso ao conhecimento, às novas tecnologias de informação e comunicação, e ser um cidadão participante. Ou seja, desde cedo participar não só das atividades formais da escola, como festas, datas específicas, manifestações culturais, mas também participar de grupos artísticos, grupos de discussão, de centros acadêmicos, e tenho visto muito isso nas escolas que visito. É essa educação para a cidadania que vai preparar a criança, e depois o adolescente, a participar no futuro mais ativamente da política, nas eleições e nos processos decisórios da sociedade. Por outro lado, é importantíssima a formação em direitos humanos, nos valores que fundamentam esses direitos, como a liberdade e a solidariedade. E isso tudo é escolher um lado, já que nós somos obrigados a viver juntos com pessoas as mais variadas; como queremos viver? E a escola pode ser muito importante nesse encaminhamento. Por isso é uma contradição em termos, porque simplesmente não existe nenhuma escola sem partido.

**Revista Veras:** De qualquer forma, muitos professores vêm se sentido já ameaçados em seus ambientes de trabalho, e essa discussão no Congresso pode desembocar em algum tipo de “lei da mordaza”. A senhora aconselharia esse professor a trazer a discussão para os alunos, por exemplo?

**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Em primeiro lugar, essa “lei da mordaza” é algo simplesmente apavorante porque essa proposta, que tem juntinho com ela a proposta de delação dos professores, dos colegas, às vezes pelos próprios pais dos alunos, essa perspectiva de mordaza e delação é típica dos regimes mais autoritários, dos regimes fascistas e do nazismo. Então, isso em si já é algo apavorante. Entendo perfeitamente a preocupação dos professores. Já há vários grupos, inclusive de advogados, associações de professores, os próprios sindicatos, tanto das escolas públicas quanto particulares, que



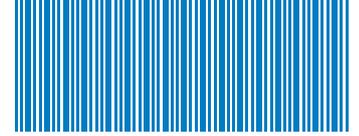
estão distribuindo um material indicando caminhos para aqueles se sintam amedrontados e mesmo já perseguidos pelo seu modo de ser quando, por exemplo, são homossexuais, ou negros, ou politicamente identificados com a esquerda. Para esses já existe uma rede de proteção, mas eu diria que esse deve ser tema de discussão constante dos professores, em conjunto com orientadores educacionais, com diretores de escola, e nas reuniões que envolve toda a comunidade; além dos professores e diretores, os funcionários e as famílias dos alunos, que, muitas vezes, têm pessoas influentes na comunidade. É preciso estar juntos, é preciso levar qualquer questão, por menor que seja, que signifique uma violação do direito à livre expressão, a ser discutida em conjunto e protegida nas diversas maneiras. Eu só não estou mais pessimista porque tenho feito palestras em escolas públicas, estive nesta semana mesmo em Guarulhos em um grande seminário de direitos humanos envolvendo as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, o auditório cheio no Teatro Adamastor, e uma recepção muito calorosa à minha fala, que era sobre o histórico, a teoria e a prática de reconhecer e garantir os direitos humanos, a relação entre direitos humanos e educação, e as propostas de formação em direitos humanos nas escolas. Houve uma participação muito grande dos professores e em momento nenhum eu senti que havia algum constrangimento. As pessoas falaram claramente do assunto, falaram da importância de resistir, vários ali usaram a palavra “resistência” ao que está por vir. Então, eu acho que, embora não possamos dizer que a totalidade do professorado pensa dessa maneira, acho que temos uma realidade em relação ao trabalho dos professores melhor do que eu imaginava e, portanto, mais preparada. Mas que se fica amedrontada, isso fica. Por exemplo, meu nome saiu numa lista aí que eles consideraram como inimigos do presidente eleito e do seu grupo porque assinei um manifesto em defesa da democracia. Eram mais de 700 nomes, mas, sei lá por que, da minha faculdade, a Faculdade de Educação da USP, só havia eu na lista. Várias pessoas me telefonaram, minha filha ficou preocupada, disse que eu deveria me expor menos. Eu fiquei pensando naquela lista, que incluía empresários, jornalistas muito conhecidos, não era absolutamente partidária, e eu diria nem de esquerda. Na melhor das hipóteses, vários ali seriam de centro, mas isso levou várias pessoas a ficarem amedrontadas por mim. Eu estou amedrontada pelo que pode acontecer com aqueles que já estão no precariado em todos os sentidos. Estão desempregados, sem renda, morando em lugares onde a atividade policial é cega, e, ainda por cima, vão ser perseguidos por eventualmente participarem de movimentos contestatórios, de reivindicação de direitos etc. A gente lembra do que aconteceu em relação ao assassinato da vereadora Marielle Franco, houve muitas outras pessoas assassinadas, claro, então,



entendo esse medo, entendo os pais que ficam preocupados com seus filhos adolescentes que vão se manifestar nas ruas, mas a gente tem que passar por isso. Mesmo sentindo medo, a gente tem que sentir medo junto. O medo e a resistência juntos.

**Revista Veras:** Parece que, em algum momento da história recente do país, os professores se tornaram uma classe perigosa. A educação parece que surge como a primeira linha de enfrentamento diante das propostas desse novo governo?

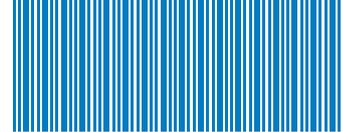
**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Não há a menor dúvida. Muito mais do que um partido declaradamente de esquerda. Parlamentares, por exemplo, são muito protegidos, a não ser que sejam assassinados, como foi a Marielle [Franco], mas, em geral, eles são protegidos. Basta ver o presidente eleito, que em seus 27 anos como parlamentar fez discursos e declarações que violam radicalmente a Constituição. Ele explicitamente defendeu a tortura, e a Constituição não apenas condena a tortura, a considera crime, como o Brasil é signatário de todos, rigorosamente todos, os pactos, declarações e convenções de direitos humanos. E em todos a tortura é considerada um crime contra a humanidade. E não aconteceu nada com ele. Como parlamentar ele votou no *impeachment* da Dilma homenageando um dos maiores torturadores da ditadura civil-militar que se iniciou em 1964. E os deputados de partidos de esquerda que fizeram declarações denunciando o golpe, nenhum deles sofreu qualquer punição. De certa maneira, partidos têm seu tipo de proteção. Já os professores, principalmente de escolas públicas em lugares onde a segurança é o principal problema do bairro, da comunidade, e também, no outro extremo, professores em escolas que servem a classe média alta e a classe alta, cujas famílias também podem querer controlar o que os professores estão fazendo em sala de aula, esses serão os mais atingidos. Se a gente pensar bem, a própria ideia de educação como formação, e não como simples instrução (e eu digo simples instrução, mas estou valorizando muito a instrução), é já uma ideia radical, revolucionária, porque a tradição diz que a formação como educação é obrigação da família ou das igrejas. A Constituição mudou isso, dizendo que a educação é obrigação do Estado e da sociedade, o que inclui a família, evidentemente. Mas tem voltado esse pensamento tradicional de que a educação quem dá é a família, incluindo valores não apenas de ordem cidadã, política, como também religiosa. Eu diria que uma família que coloca o seu filho numa escola religiosa, e eu estudei 14 anos em escolas de freiras, e na minha época classe média e classe média alta estudavam em colégios de padres e freiras, em colégios separados, os pais que escolhem uma escola confessional já aceitam que haverá,



entre aspas, a tal doutrinação religiosa. Mas nas escolas públicas o ensino de uma determinada religião vai contra a pluralidade e a diversidade cultural que nós defendemos numa sociedade democrática. A religião faz parte da cultura; quando se fala em pluralidade cultural, incluímos atitudes, comportamentos e valores, inclusive crenças e práticas religiosas. Então, se fosse para haver um ensino religioso nas escolas, teria que ser mais ligado à parte filosófica, o que significa uma religião, uma crença etc. Pelo que estou vendo desse futuro ministro da Educação, é possível até que ele defenda a volta do ensino do criacionismo na escola, algo que já foi refutado cientificamente em todos os lugares do mundo.

**Revista Veras:** Em um artigo intitulado Educação para a Democracia, de 1996, a senhora mencionava três aspectos essenciais e interdependentes na educação para a democracia: 1. Informação e formação intelectual; 2. Educação moral; 3. Educação comportamental. Em qual desses aspectos a escola pública brasileira errou a ponto de termos tantos jovens apoiando pautas tão contrárias aos direitos humanos?

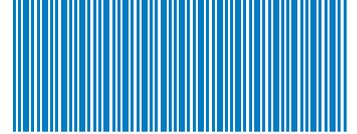
**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Talvez a escola não tenha assumido esse papel, embora haja muitas exceções, ou seja, escolas que efetivamente cumpriram esse papel. Mas eu queria chamar atenção para algo muito diferente do meu tempo escolar, e mesmo diferente de dez anos atrás, que é o grande avanço tecnológico na área de informação e comunicação. Eu vejo escolas que já passam lição de casa para ser feita a partir de materiais disponíveis na internet, e mesmo em sala de aula há o uso do computador, celular, tablets etc. Outro dado é o crescimento do valor da segurança, em todas as classes, mas especialmente nas classes socialmente mais necessitadas de tudo, porque são justamente os mais pobres que estão diariamente, 24 horas, espremidos entre a violência do bandido e a violência da polícia. Então, junta campanhas terríveis, muitas delas industrializadas por essa nova tecnologia de impulsionamento por robôs, de mensagens chamando atenção para a necessidade de métodos extremamente rigorosos, quando não criminosos, da polícia para lidar com o problema da segurança, por um lado, e matérias também relativas a questões comportamentais, e aí entra toda essa discussão sobre a questão de gênero, da homossexualidade, da sexualidade na adolescência etc. Estou cada vez mais convencida de que esse tema deve ser tratado na escola. Então, eu não diria que a escola errou. Eu diria que a escola talvez não esteja preparada para o momento atual, para responder a essa onda avassaladora das novas tecnologias da informação e da comunicação, que são realmente um avanço importante, mas tem que haver um mínimo de controle e discussão sobre a compreensão de



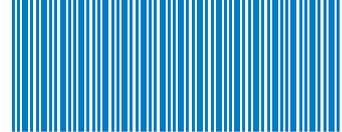
que o fato de algo estar na internet não significa que seja verdade necessariamente. Quando se discutem as tais *fake news* (aliás me irrita muito esse nome! Por que não dizemos logo as mentiras, as notícias falsas?), em geral esse grupo ao qual pertence o novo governo considera notícias falsas só aquelas com as quais eles não concordam, e, aí sim, por motivos ideológicos ou doutrinários. O presidente eleito já defendeu, e seus filhos continuam defendendo, que talvez seja preciso matar muita gente, inclusive inocentes, mas tem que ser assim. Ele já defendeu que o grande erro do regime militar foi ter matado pouco, chegou até a dizer que o então presidente Fernando Henrique deveria ter sido fuzilado. Então, a escola não está preparada para enfrentar o problema da insegurança, a gente vê jovens que são assassinados por causa de um celular ou uma bicicleta, mas a gente também vê muito essa tragédia diária de mortes violentas de jovens negros, que eu considero um dos principais problemas, e que a escola, especialmente a pública, tem que tratar com o cuidado devido. É preciso cuidar dessas três coisas: a educação moral, que é uma educação em valores, e eu especifico nesse artigo citado os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade, que levam à formação de uma nova cultura, que exige uma mudança de mentalidade. Mas mudar mentalidade é difícil, é algo lento e constante. Gosto sempre de lembrar que Albert Einstein, que era judeu, dizia ser mais fácil quebrar a estrutura de um átomo do que um preconceito. E nossa sociedade está com uma mentalidade forrada de preconceitos.

**Revista Veras:** A conquista de direitos políticos pelas minorias tem gerado esse movimento de intolerância e ódio?

**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Acho que sim. É uma pergunta muito boa e eu vou dar um exemplo numa área completamente diferente, que é a área de recursos econômicos. Foi o avanço brasileiro na tecnologia nativa de refino do petróleo e a descoberta do pré-sal que açulou a ganância imperialista dos Estados Unidos, que continuam a potência hegemônica e dominadora, apesar da competição com a China e a Rússia. E, no campo nosso, da cidadania, foi justamente a crescente autonomia de grupos sempre desprezados, perseguidos e sem os direitos fundamentais de qualquer ser humano, foi essa capacidade de reivindicar e lutar que também açulou a reação contrária. Eu gosto de lembrar aquele caso do bairro Higienópolis, que é um bairro rico de São Paulo, quando a prefeitura anunciou que iria abrir uma boca de metrô e o bairro se rebelou porque não queriam “gente diferenciada ali”. Ou a irritação da classe média e da classe média alta com o fato de conviver com pessoas de classe mais baixa, entre aspas, nos aeroportos. Um país que teve quase quatro séculos de



escravidão legal, porque hoje ainda existem focos de escravidão, mas ilegal, tem raízes de uma herança maldita muito clara, e que leva um tempo para isso ir se desfazendo. O racismo que persiste na sociedade brasileira, e que a gente vê mesmo no caso de negros que conseguiram fazer faculdade e ter uma profissão valorizada na sociedade, como médicos, que ainda enfrentam muito preconceito. As cotas raciais incendiaram as mentalidades mais preconceituosas. Eu já ouvi aluno que não passou no vestibular, ficou em 49º lugar, e diz que perdeu sua vaga por causa de um cotista negro. Pode haver 48 brancos na frente dele, mas ele vai culpar o cotista. Então, todo movimento de crescimento de direitos em classes que historicamente sempre foram perseguidas e humilhadas, isso tem um movimento contrário. O que ocorreu em quase todos os partidos. Nós, defensores dos direitos humanos, somos herdeiros das primeiras declarações de direitos humanos que aconteceram na Revolução Francesa. A burguesia lutou pela educação para todos porque diminuiria a distância entre a burguesia e a nobreza, mas aí os burgueses viram que a educação para todos elevava a classe dos operários e camponeses, e começaram a temer essa educação pública universal. No Brasil nós já temos essa conquista da educação pública universal, mas ainda com questões irrequietas até hoje, como condições dignas de trabalho e salário, valorização dos professores etc. Eu considero que uma das grandes chagas da sociedade brasileira, que decorre da sua profunda desigualdade social – o Brasil é o quarto país mais desigual do mundo – é a desvalorização do professor. Houve uma época em que o professor era muito valorizado, mesmo aquele da escola pública. Só que, naquela época, aquela escola era pública porque era do Estado, mas não era pública porque não era aberta a todos. O pobre não frequentava a escola pública. Quando eu escuto colegas meus me dizendo “ah, porque eu estudei em escola pública, e era uma maravilha, não era o que é hoje, um ensino tão carente, com tantas dificuldades”, eu digo: “Só tem uma diferença: é que aquela escola não era pública...” Eu me lembro que no Rio de Janeiro as melhores escolas, com o melhor ensino, eram duas grandes escolas públicas, o Pedro II, para os meninos e rapazes, e o Instituto de Educação, para as meninas e moças. Eu, que estudava em um colégio de freiras, queria ter estudado no Instituto de Educação, mas era muito difícil entrar nessas duas escolas. O poder avassalador da internet – eu por exemplo não sei nem um centésimo do que é visto cotidianamente por alunos, mesmo aqueles da população mais pobre, que têm celular – e o fato de que há um movimento de reivindicação, e todo movimento de reivindicação tem um movimento contrário, daqueles que querem manter uma sociedade de quem nasceu pra mandar e quem nasceu pra obedecer, alimentam essa reação.



**Revista Veras:** A senhora gosta de frisar que existe uma diferença entre ser tolerante e ser solidário. Eu queria que explicasse melhor a distinção entre esses termos.

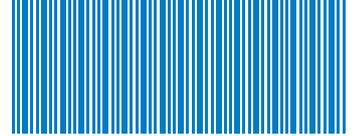
**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** A solidariedade é aquela fraternidade que veio lá da Revolução Francesa. Por isso que eu insisto muito em estar juntos, não acredito em nenhuma ação de resistência de indivíduos isolados. Essa solidariedade eu discuto muito porque acho que a tolerância não é só você dizer: “Ah, tudo bem, eu tolero homossexuais, transgêneros, negros, cotistas etc., tolero que existam, mas que não ameacem a minha posição. Tolerância é a existência de negros com direitos garantidos pela Constituição, mas não na minha escola, mas não pra namorar a minha filha; tolero que cada um tenha sua orientação sexual, mas não quero um professor gay na escola do meu filho; não quero ver casal homo de mão dada na rua”. Então, eu digo que é preciso pensar em uma tolerância ativa, que vem do sentimento de solidariedade. A palavra solidariedade vem de “sólido”, ou seja, a sociedade é um sólido no sentido de que todas as suas partes são interdependentes. Nós falamos “a sociedade brasileira”, e não “as sociedades”. Eu insisto muito na solidariedade, que não é caridade. Porque muita gente diz “ah, eu sou solidário, sim, eu ajudo na campanha tal”, mas isso é caridade, que é um valor e uma virtude pessoal. O Estado não pode exigir isso de ninguém. Nem o professor em sala de aula pode dizer “todos aqui têm que ser caridosos, amarem uns aos outros etc.” Amar uns aos outros é um preceito religioso. Você não precisa amar seu vizinho negro ou homossexual, mas você tem que respeitar que os direitos que você quer pra você, ele também tem. É essa a diferença. Eu me lembro que uma vez um aluno me perguntou: “Professora, a senhora é contra a caridade?”, e eu disse que não. Se, além de solidário, você quiser ser caridoso também por causa da sua religião, maravilha, o Estado não pode obrigar. Mas pode obrigar a solidariedade, no sentido de que isso está na Constituição, que em seus objetivos fala em erradicar a pobreza e as desigualdades, inclusive as regionais. Tolerância ativa é mais que aceitar a existência do outro; é respeitar integralmente os direitos do outro. Já a tolerância passiva é aquela que diz “concordo com esses direitos, desde que eu não tenha que pagar mais imposto pra vagabundo botar filho em universidade pública”. Eu já ouvi gente dizendo: “Eu me recuso a pagar imposto pra vagabundo botar filho pra comer na escola. A escola não tem que dar merenda etc.” Eu ouvi isso recentemente! Na França há um imposto que se chama “imposto solidariedade”, relativamente recente, que foi criado para direcionar recursos para pessoas com deficiência e com problemas crônicos de saúde. E os franceses não contestam esse imposto; eles podem contestar o tamanho, mas não ele em si. Mas é



claro que é uma sociedade que garante segurança, saúde, educação, seguridade para todos. Eu morei lá por cinco anos e sei disso. Agora há um problema tremendo, em toda Europa, por conta dos processos migratórios. E aí, com mais força, surge a questão dos direitos humanos fundamentais, que são universais. A tolerância, no sentido da liberdade de expressão, tem que ser vista como algo extremamente importante. Inclusive agora que o presidente eleito e seu grupo falam contra a imprensa livre, defender a liberdade de expressão é defender a democracia. Mas tem que se ter claro que nenhuma liberdade é absoluta. Nem o direito à vida é absoluto porque existe o direito à legítima defesa. Então, a tolerância em relação à liberdade de expressão tem que levar em conta o intolerável. E o intolerável em relação a quê? Ao que diz a nossa Constituição de 1988, que tem lá, logo na frente, que ela é redigida em nome da República, da democracia e da dignidade do ser humano. Ou seja, aquilo que viola a democracia ou a dignidade do ser humano é intolerável. Então, nós não podemos ter tolerância com esse crescimento absurdo das mortes violentas de jovens negros. Não podemos ter tolerância com linchamentos físicos e verbais, através das redes sociais. Li na *Folha de S.Paulo* [em 22 de novembro] uma entrevista com a jurista Susanne Baer, que é ministra do Tribunal Constitucional da Alemanha, que equivale ao nosso STF, na qual ela falou da intolerância que deve existir na Alemanha em relação aos grupos neonazistas. Eu diria, em relação ao Brasil, que devemos ser intolerantes em relação aos que defendem a tortura, esses que são contra os direitos trabalhistas, tudo isso é intolerável diante da própria Constituição. A tolerância não significa que pode tudo. A tolerância está ligada à solidariedade e aos princípios da nossa própria Constituição.

**Revista Veras:** Como a escola pode ajudar seus alunos, que de certa forma leem muito pouco, a conseguir distinguir notícias falsas de verdadeiras. Não seria papel da escola ensinar um certo letramento em mídia digital?

**Maria Victoria de Mesquita Benevides:** Esse letramento em mídia digital (gostei dessa expressão) é absolutamente fundamental e, assim como eu falei em relação à mudança da sociedade, que é um processo lento e constante, tem que ser diário. Por exemplo, deveria haver um momento de diálogo com os alunos sobre quais notícias os impactaram no dia de hoje nas redes sociais, ou uma pesquisa nas escolas para saber quais são os programas e as redes sociais a que os alunos mais assistem. Eu recebi por Whatsapp um material mostrando como fazer um nó para se enforçar, e o último quadrinho era justamente o menino enfiando o nó. Aquilo era um manual para suicidas! Junto



com essas notícias horríveis em relação à sexualização precoce de todos os tipos, matérias políticas etc, a escola tem que informar sobre esse impulsionamento de robôs que está sendo implantando na nossa internet. Então, toda escola deveria pesquisar, ter um diálogo constante, “tal notícia foi considerada ‘fake news’, vocês sabem por quê? O que vocês acham?” Isso tem que ser papel da escola, do professor, e eu tenho a maior admiração por eles. Se a sociedade realmente diz que valoriza o professor e a educação, deveria levar isso para a prática concreta.

